

AS ESCOLAS INCLUSIVAS E SEU COMPROMISSO DE CRIAR AS POSSIBILIDADES DE ACESSO AO CONHECIMENTO

Giovanna de Souza Dias Corrêa

Na atualidade foi instituída uma noção de inclusão social voltada para aqueles que foram diagnosticados com alguma deficiência. Essa noção vem sendo perpetuada principalmente no âmbito escolar, traz em seu bojo uma ideia errônea de que incentivar a entrada de pessoas com deficiência nas escolas, sem políticas que as auxiliem, seria suficiente para um desenvolvimento adequado que leve em conta as particularidades do indivíduo.

Comumente, enxergam-se crianças diagnosticadas com alguma deficiência como seres sem capacidades para aprender, tanto o conteúdo escolar quanto outros. No caso do contexto escolar, elas podem vir a ser excluídas por alunos e funcionários de alguma maneira, uma vez que existem preconceitos sociais comuns contra pessoas com comportamentos desviantes de certas regras sociais, e esses preconceitos acarretam em uma dificuldade de inclusão. Dessa forma, é difícil imaginar uma instituição escolar que, ao ver um aluno com dificuldades de aprendizado, repense suas práticas didáticas ao invés de colocar as falhas na criança.

A própria instituição escolar se tornou um ambiente em que o conhecimento é tratado como um produto a ser comercializado, uma vez que está intimamente relacionado com as necessidades do capitalismo. Essa relação propicia a continuidade de uma sociedade em que a escola é obrigatória e imprescindível para um futuro vantajoso e um emprego conveniente (TUNES, 2007). Torna-se assim vantajoso tanto para o governo quanto para os empresários donos de escolas que estes façam a propaganda inclusiva de que suas instituições estão prontas para receberem e ensinarem também as pessoas com deficiência, a fim de convencerem que os pais e responsáveis escolham por colocar seus filhos deficientes nessas escolas em que as crianças sem o diagnóstico da deficiência estão. Tendo em vista o que foi exposto, até que ponto as escolas que se dizem inclusivas estão efetivamente comprometidas a possibilitar as condições para uma apropriação do conhecimento para crianças com diagnóstico? A hipótese deste texto é de que apenas há um comprometimento no nível do discurso, e não uma ação efetiva que possibilite uma apropriação do conhecimento por parte dos alunos.

Primeiramente, temos que considerar a existência do preconceito em relação ao diagnóstico de deficiência como sendo uma barreira para a aprendizagem dos alunos dentro da escola. O diagnóstico, quando utilizado, deveria servir apenas como uma forma de auxiliar a escola nos processos de aprendizagem escolar dos alunos; mas, ao invés disso, ele serve de

subsídio para a escola se sentir descompromissada em proporcionar o aprendizado a crianças com diagnóstico, depositando toda a responsabilidade nelas, uma vez que, para a instituição, os problemas de compreensão do conteúdo estão no aluno diagnosticado e não na metodologia (MOURA, 2013, citando ROBALLO, 2001).

Essa forma de tratamento se presentifica ao percebermos que as escolas têm um modo hegemônico de ensinar, não considerando as necessidades particulares de cada aluno. Todos devem aprender o mesmo conteúdo, ao mesmo tempo e seguindo as mesmas regras, e assim aqueles que não acompanham essa uniformização são entendidos como pessoas com dificuldades de aprendizagem ou possuidores de algum diagnóstico (ILLICH, 1971, citado por MOURA, 2013). Em contrapartida, se o ensino não fosse tão padronizado, os estudantes teriam um espaço de liberdade em que poderiam expressar sua forma de aprender, e teriam alguém com um olhar especializado para perceber como lhes ensinar considerando suas particularidades (TUNES, 2011, citado por MOURA, 2013).

Um conceito que se aplica ao que tem sido trazido para discussão é o de monopólio radical. Esse conceito diz respeito a apenas um único modo de atuação, por exemplo: quando uma pessoa deseja realizar uma ação, mas essa ação somente pode ser feita de uma maneira. Por exemplo, a escola foi construída historicamente para passar o conhecimento, no decorrer dos séculos se cristalizou, sobretudo, uma maneira hegemônica de passar o conhecimento, conseqüentemente aqueles que não conseguem aprender dessa forma, além de não aprenderem, são culpabilizados por isso (TUNES, 2007, citando ILLICH, 1985).

Pode-se notar que as pessoas diagnosticadas sofrem no âmbito público o que chamamos de exclusão. Esse grupo social sofre uma constante periferização, uma vez que não se comportam de uma maneira que segue os comportamentos culturalmente determinados. É possível estabelecer uma relação entre o que foi dito anteriormente acerca da exclusão, com o que ocorre nas escolas. Mesmo nas que se dizem inclusivas, as crianças são marginalizadas por não corresponderem à forma de desenvolvimento e aprendizagem esperadas. As pessoas são cada vez mais objetificadas, por serem vistas apenas pelo seu diagnóstico, e cada vez mais coisificadas, desconsiderando-se o princípio humano (TUNES, 2007, citando ESCOREL, 1998). Assim, essas crianças que sofrem com o monopólio radical da escola acabam por sofrer também um processo de exclusão, uma vez que podem não estar acompanhando as outras crianças não diagnosticadas.

É importante refletir acerca de quais são os fins da educação, qual o objetivo dela socialmente. Vimos que ela está entrelaçada com os desejos capitalistas; mas, para além disso, Brandão (2017) aborda alguns pontos a partir do que Durkheim trazia. O sistema educacional

não está preocupado em proporcionar uma educação e um saber aos alunos simplesmente porque é importante que estes aprendam. O sistema sempre está baseado em um momento histórico e cultural que promove um modelo de ensino específico visando a produção de um sujeito social. A produção desse sujeito ocorre por meio de uma educação criadora de indivíduos que compartilham as mesmas crenças e ideias necessárias para uma sociedade que serve aos interesses daqueles que criam esse modelo.

Uma parcela da sociedade percebe que as escolas não servem às pessoas de forma igualitária. Pessoas ricas e pessoas pobres não têm acesso a mesma educação, assim como as pessoas diagnosticadas e as não diagnosticadas são diferentemente tratadas nas escolas. Porém, na visão da lei todas as pessoas vão ter acesso a mesma educação (BRANDÃO, 2017). A ideia da inclusão social nas escolas é a de que aqueles que são comumente excluídos possam frequentar e ter acesso aos mesmos conhecimentos daqueles que não são. Contudo, é de extrema importância que a inclusão não seja entendida e realizada de forma simplista, é necessário considerar toda a complexidade da situação. As crianças diagnosticadas devem ter sim acesso aos mesmos conhecimentos, mas esse conhecimento não deve ser passado da mesma forma e sim de maneira diferenciada, considerando as necessidades dos estudantes, suas dificuldades e facilidades.

A tentativa de extinguir o preconceito contra as pessoas que apresentam uma constituição psicofisiológica diferenciada as “incluindo” em uma escola que não oferece a ela possibilidades de expressarem sua maneira de aprender é em vão, uma vez que a escola continua reproduzindo um modelo hegemônico de ensino. O sistema de ensino como um todo precisa mudar para que a inclusão nas escolas deixe de ser um discurso e passe a ser uma prática, possibilitando reais condições de aprendizagem para todos.

REFERÊNCIA

BRANDÃO, C. R.. **O que é educação**. São Paulo. Brasiliense. 2007

MOURA, C. H.. **Estudo sobre a relação da pessoa com síndrome de Asperger e seu ambiente social de desenvolvimento**. 2013. 82f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro Universitário de Brasília, 2013.

TUNES, E.. O silêncio ou a profanação do outro. **Revista virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**, nº8, 16-14, fev, 2007